

NOTICIARIO

ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

*Discurso proferido pelo Presidente,
Embaixador José Carlos de Macedo
Soares, na cerimônia da instalação da
primeira sessão das Assembléias Gerais
dos Conselhos Nacionais de Geografia e
Estatística, a 1.º de Julho de 1937, no
salão de Conferências do Palácio Ita-
maratí.*

Senhores do Conselho Brasileiro de Geografia.
Senhores do Conselho Nacional de Estatística.
Exmas. Senhoras.
Meus Senhores.

As normas estatutárias do Instituto determinam que as palavras inaugurais das Assembléias anuais do seu Colégio diretor tenham a feição de um relatório. Relatório que ponha sob as vistas atentas dos digníssimos delegados dos Governos, cujas autoridades se enfeixam e articulam na tectônica *sui generis* da instituição, o encadeiamento dos fatos que vão tecendo a história do sistema e exprimindo a concretização do seu destino social, administrativo e político. De modo tal que os roteiros do Instituto se revejam com segurança na hora propícia, se confirmem ou se corrijam em demanda segura do seu norte, mas segundo os rumos oportunamente renovados que os contornos dos acontecimentos e os acidentes de tempo e de lugar forem iterativamente indicando como os que, sem serem os mais extensos, sejam do mesmo passo os mais accessíveis.

E' a primeira vez que esse dever se me impõe na curta existência, de pouco mais de um ciclo solar, do Instituto Nacional de Estatística. E o relato que me cumpre fazer, há de configurar, mais compreensivamente do que nas etapas futuras, a visão de conjunto das circunstâncias e dos fatos que chamaram à realidade o Instituto, condicionaram-lhe os esforços iniciais, exprimiram-lhe os primeiros frutos e alargaram-lhe, iluminando-os, os horizontes que de começo lhe fora dado dominar, e já agora lhe oferecem novos imperativos de ação e estímulos redobrados ao aperfeiçoamento do seu mecanismo, na fidelidade intransigente ao princípio de solidariedade livremente consentida, inteligentemente deliberada e inquebrantavelmente mantida, que lhe constitue a um só tempo a condição de ser, de permanência e de êxito.

* * *

Senhores! Veem do alvorecer da nacionalidade os esforços do Brasil para atingir a exata consciência de si próprio, expressa no minucioso conhecimento de sua terra e sua gente. Mas o imprevisto inédito com que o país se projetou, como uma grande Nação, no cenário mundial: o tumulto desse dinamismo fulgurante em um âmbito quasi continental, desconhecido e agreste, plasmando de inopino uma civilização e cimentando a unidade social e política de massas demográficas descontínuas, e heteróclitas em quasi todos os aspectos; — essas circunstâncias não nos haviam dado tempo ainda de assentar método e sistema naquela tarefa, mais do que qualquer outra exigente de trabalho sereno, refletido e prolongado. Quando toda a vida da Nação ainda era trepidação instintiva, imediatismo, audácia temerária contra o desconhecido, imposição do domínio, antes de imposição da inteligência, não havia — nem podia haver — lugar para a preocupação absorvente do lento trabalho de investigação geográfica e estatística.

Justo era, pois, que fossem fragmentários, dispersivos, incoerentes e inconsequentes os primeiros passos da nacionalidade nascente na conquista daquela consciência objetiva de existência, — impulsionadora da ação planificada que consolida e faz felizes as nações, — enquanto

o seu potencial de vontade estava todo na afirmação da consciência subjetiva, — aquela que, dominando o sentimento, desencadeia a ação heróica, a única que faz os Estados e muda os cenários da história.

Entretanto, quando chegávamos à crise política de 1930, muito, muitíssimo já havia o Brasil realizado, e sobretudo experimentado, procurando passar da fase intuitiva para a fase refletida, na direção dos seus destinos históricos. Às místicas, às “lendas”, às “aventuras”, já iam sucedendo as “plantas”, as “prospecções” e os “planos”. Em vez de “inflamar” as massas, já se falava em “educá-las”. Não se queria mais “elettrizar” a Nação, mas “organizá-la”. Já não se pensava em demolir sistemas ou improvisar reformas a golpes de retórica e poesia, mas em melhorar a ordem existente planificadamente em números e cartas, em esquemas e gráficos. E para tanto já se percebera a insuficiência do patrimônio de que a Nação dispunha como documentação das suas condições existenciais. A geografia e a estatística que tínhamos eram notoriamente insuficientes em face das exigências atuais da nossa civilização.

Levantada dez anos atrás, graças ao patriótico empreendimento do Clube de Engenharia e à dedicação e capacidade de Francisco Bhering, mas com material insuficiente — e ainda assim devido em grande parte à iniciativa particular de eminentes geógrafos, o Barão Homem de Melo à frente — a carta geral do país pedia instantaneamente revisão e aperfeiçoamento. De vagar se vinham processando os levantamentos rigorosos do território, aos cuidados quasi exclusivos dos serviços geográficos militares, das Comissões de Limites, da Comissão Rondon, da Inspetoria de Obras Contra as Secas, e ainda das Comissões Técnicas de Minas e S. Paulo. Em consequência, os mapas regionais não tinham valor próprio, reproduzindo apenas a deficiente cartografia federal. E somente aqui e alí eram tentados os mapas municipais, quasi ninguém se preocupando com a necessidade de levantá-los. E quando acaso empreendidos, não passavam, às mais das vezes, de vagos esboços, mesmo porque lhes faltava, em regra, o elemento primordial, o conhecimento exato dos respectivos perímetros.

As pesquisas meteorológicas e geológicas também não tinham a intensidade, nem a compreensão, nem a sistematização que os seus objetivos requeriam.

O enriquecimento da bio-geografia, que tanto deveu ao esforço isolado de sábios notabilíssimos, nacionais e estrangeiros, prosseguia vagaroso a cargo de alguns centros científicos poucos e mal aparelhados, via de regra.

Os estudos demográficos insuficientíssimos. O registo civil, mal organizado, mal executado e deficientemente computado. O último levantamento censitário, de 1920, velho de 10 anos, já não dava base a extrapolações que permitissem avaliar razoavelmente a população brasileira nem no seu total, nem nos grupos regionais, nem muito menos segundo o quadro municipal, já então profundamente modificada.

Da produção agrícola e industrial que só uma vez, até 1930, havia sido avaliada censitariamente, — mas já a uma década de distância, — só se possuíam números, ou incompletos na sua compreensão, ou pretendidamente de compreensão completa mas resultantes de genéricas estimativas globais baseadas em índices os mais falíveis, impróprios a exprimir sequer os aspectos fundamentais da economia brasileira.

Os registos imobiliários ainda estavam longe de uma boa organização.

O fenômeno dos transportes e das comunicações só era quantificado, ou em números exatos mas de restrita compreensão, ou em dados gerais toscamente elaborados, de expressão menos que aproximativa.

As trocas internacionais, constituindo exceção auspiciosa, eram levantadas com rigor técnico, vindo a lume os seus resultados a tempo e a hora. Mas, sem embargo de ser o país uma federação de Estados cujas forças produtivas e cuja capacidade de consumo teem as mais diferenciadas características, configurando por isso mesmo condições particularíssimas e da mais alta significação para a economia nacional, jamais se conseguira uma totalização das exportações das suas unidades políticas, nem muito menos a quantificação das respectivas importações, de modo que não se estabelecera até então, fosse para que Estado fosse, uma razoável balança comercial.

Todos os importantíssimos aspectos da distribuição e consumo, mal apareciam aflorados nas realizações da estatística brasileira.

Nos setores, tantos e tão importantes, da estatística social, cultural, administrativa e política, nada ou quasi nada realizado. Silêncio completo sobre aspectos da mais vital impor-

tância para a administração do país. Até o início do Governo Provisório, a estatística educacional uma única vez fora realizada com significação e rigor suficientes, em extensão e profundidade. Quando, porém, conhecidos em 1916, os seus resultados eram velhos de nove anos. E do próprio quadro da divisão administrativa e judiciária, cujo levantamento sempre merecera carinhos especiais, tal o seu alcance básico, só era conhecida a nomenclatura, e ainda assim com atraso não pequeno, tão penosa a obtenção do material a elaborar. O elemento essencial — a linha divisória de cada circunscrição — só em 1930 se conseguira sistematizar quanto apenas às Unidades Federativas, continuando sem estudo de conjunto os limites inter-municipais e inter-distritais. Estes, de resto, vinham sendo fixados à revelia de critérios racionais — e sem que esforços metódicos fossem empregados para corrigir tal omissão — ora exprimindo-se pelas variáveis e impróprias divisas das propriedades particulares, quasi sempre mal identificadas, ora configurando os mais absurdos perímetros, ora estabelecendo uma espécie de sistema colonial de pequenas glebas descontínuas (municípios com “fazendas encravadas” em municípios vizinhos), ora bi-partindo ou tri-partindo o território da circunscrição em distritos não contíguos, ora finalmente chegando ao ponto de colocar sedes de circunscrição fora dos perímetros próprios.

E se é certo que nenhum levantamento numérico de conjunto havíamos até então iniciado relativamente aos quadros de cada uma das esferas da administração brasileira, a própria situação financeira do país — o que é bem mais grave — ainda vinha sendo estudada em forma que deixava bastante a desejar na parte referente à União, e constituía, em nossas estatísticas, zona de penumbra no que concernia aos Estados e, principalmente, ao âmbito municipal.

* * *

Eis aí, senhores, muito por alto, e através de uma enumeração que de tão resumida quasi não é mais do que um punhado de exemplos, o estado da geografia e da estatística brasileiras, quando o movimento político de 1930 iniciava o seu esforço renovador.

A situação era bem clara e o remédio podia ser facilmente encontrado no rumo que a voz de um grande mestre, Bulhões Carvalho, que foi também um realizador incansável, vinha de há muito apontando — o rumo da cooperação inter-administrativa, que poderemos resumir nesta fórmula: descentralização executiva mais orientação centralizada; coordenação de autonomias mais subordinação a princípios; um só sistema de atividades para um só sistema de resultados.

Entretanto — forçoso é reconhecer — as novas linhas diretivas da administração federal ao iniciar-se o Governo Provisório, não abrangeram logo a sistematização nem dos serviços estatísticos, nem dos serviços geográficos. Antes, pelo contrário, as primeiras medidas governamentais nesses domínios foram hesitantes e até contraditórias. Porque enquanto se juxtapunham em um só órgão as duas antigas Diretorias de Estatística — a de estatística geral e a de estatística comercial, formando no Ministério do Trabalho o Departamento Nacional de Estatística, criava-se no Ministério da Educação a Diretoria a que ficariam afetas as estatísticas educacionais e conexas e as da assistência médico-social.

Mas desta última repartição se origina o primeiro projeto de uma solução totalitária para as duas ordens de atividades — as de cartografia geográfica e de estatística, solução que se substanciaria na criação do Instituto Nacional de Cartografia e Estatística.

O projeto defronta-se com a boa vontade do Governo e a hesitação dos técnicos. Recua no momento o Governo, mas a idéia empolga-o, e pelo órgão do Ministério da Agricultura, confia depois a uma comissão inter-ministerial o estudo detalhado do problema.

Permanece a hesitação dos especialistas quanto à instituição do sistema geográfico, mesmo limitado aos serviços de cartografia territorial. Mas solidarizam-se todos em torno da idéia do grande sistema dos serviços estatísticos, segundo a fórmula que a experiência brasileira tão eloquentemente vinha sugerindo. Numa harmonização perfeita de pontos de vista, a comissão a quem se entregara o assunto, esboça o ante-projeto de criação do Instituto Nacional de Estatística, cuja estrutura totalitária, no que exorbitasse da alçada do Governo Federal, deveria integrar-se em virtude de uma Convenção Nacional capaz de enfeixar, na instituição do sistema, a autoridade política e a vontade autônoma de cada uma das ordens governativas.

Objeções de dois Ministérios sustam a efetivação do tentame projetado. Estava escrito que a idéia deveria abrir o seu caminho, etapa por etapa, custosamente. Foi preciso que ela ganhasse a convicção do Chefe do Governo, para que, afastadas todas as hesitações e resistências, surgisse por fim o memoravel decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934, que, aprovado logo a seguir pela Constituição, é hoje o primeiro diploma orgânico da estatística brasileira, considerada na sua maior latitude de compreensão.

Entretanto, se desde a organização do projeto sobre a criação do Instituto, e na conformidade dele, o Ministério da Agricultura já se enriquecera com a sua operosa Diretoria de Estatística da Produção; e se pouco antes de ser baixado o decreto n.º 24.609, fora desmembrado o antigo Departamento Nacional de Estatística, do qual saíram as repartições centrais de estatística dos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Justiça, — isso também em justa concordância com aquele projeto; — apesar de tudo, entre a lei e o cumprimento da lei novo interregno se interpõe. E este só é vencido por uma solicitação imperiosa das relações internacionais do Brasil, obrigando o Conselho Federal do Comércio Exterior a promover a uniformização dos dados estatísticos oficiais, referentes à vida brasileira, pois a incoerência entre eles era de assombrar e vinha colocando o país em situação particularmente embaraçosa.

Reunidos no Itamarati os técnicos a quem a tarefa deveria ficar entregue, foi facil tornar-se de meridiana evidência que o remédio procurado estava, e só podia estar, na efetivação do Instituto Nacional de Estatística.

Sobrevem então a nomeação do Presidente e logo depois a instalação do Instituto no próprio palácio da Presidência da República, onde se instala a Junta Executiva Central, destinada a ser o órgão de movimentação inicial das atividades no novo organismo. Isto a 29 de Maio de 1936, data áurea em que se inicia a evolução verdadeiramente orgânica da estatística brasileira. Data ainda não menos memoravel no domínio do nosso direito constitucional, porque marcava o ponto de partida de uma jornada histórica em que se deveria processar a integração e a evolução de todo um sistema de serviços públicos — federais, estaduais e municipais, praticando-se, no seu máximo de virtualidade e alcance, o principio novo de inter-conectação político-administrativa, que o art. 9.º da Carta de Julho consagra entre nós pela primeira vez.

Implantada no terreno dos fatos a idéia informadora do Instituto, não tardou que revelasse maravilhosa fecundidade. O Instituto age, expende-se e consolida-se com rapidez impressionante, comprovando sua perfeita aptidão para a grande tarefa política e técnica que lhe fora confiada.

Quanto à sua estruturação, baixa-se em 7 de Julho de 1936 o Dec. n.º 946, que convoca a Convenção Nacional de Estatística. A Assembléia convencional reúne-se a 27 de Julho de 1936 e encerra-se a 11 de Agosto, quando todos os delegados assinam a Convenção, a qual na mesma data é ratificada pelo Governo Federal e, a seguir, por todos os Governos Regionais.

O Pacto Intergovernamental, ao mesmo tempo que integrava o quadro político da instituição e definia as bases da criação do Conselho Nacional de Estatística, fixava-lhe um conjunto admiravel de objetivos técnicos e sociais, todos já facilitados por dispositivos adequados, assegurando ao mesmo tempo a criação e o aparelhamento, nas requeridas condições de eficiência, dos órgãos nacionais, regionais e municipais de cuja falta o sistema ainda se ressentia.

Segue-se a curto prazo a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, pelo Dec. n.º 1.200, de 17 de Novembro de 1936, onde rigorosamente se consagravam as bases convencionalmente formuladas entre a União e suas Unidades Políticas.

Em virtude disso, a Junta Executiva do Instituto logo se transforma no órgão definido na regulamentação como preposto da Assembléia Geral do Conselho, e esta é convocada para 15 de Dezembro.

Nessa data instala-se solenemente o Conselho Nacional de Estatística, onde delegados de todos os Governos participantes da Convenção tomaram assento, formando o conclave supremo da estatística brasileira, órgão soberano da direção do sistema em que se entrosavam todos os respectivos serviços.

Num conjunto de 27 Resoluções, deliberadas em trabalho intensivo, de 15 a 30 de Dezembro, ficaram firmadas todas as disposições necessárias ao início, a pleno efeito, das nossas atividades.

Sucedem-se então rapidamente os atos de criação e instalação das Juntas Regionais de Estatística. Multiplicam-se as deliberações desses órgãos co-irmãos da Junta Executiva Cen-

tral, todos eles visando, num alto pensamento de cooperação, medidas e realizações tendentes a imprimir a desejável eficiência aos serviços jurisdicionados.

Por outro lado, não somente são criados, segundo os compromissos vigentes, os órgãos técnicos centrais que ainda faltavam em muitos sistemas estatísticos regionais, mas ainda instituem-se vários órgãos especializados, enriquecedores daqueles sistemas, alguns dos quais dedicados à estatística educacional, outros à bio-estatística, outros ainda à estatística comercial, verificando-se complementarmente a organização de secções de estatística nas Prefeituras de algumas Capitais que ainda não possuíam serviços dessa natureza.

Finalmente, completando a estrutura do Instituto no plano municipal, e pela persistente influência dele, começam a surgir, segundo a atuação prevista das Juntas Regionais e sob os auspícios dos respectivos Governos, as Agências Municipais de Estatística, que já atingem quasi a mil, das 1.500 que devem ser, e que provavelmente serão de fato ainda este ano. Constituem-se essas Agências, ora por iniciativa isolada das Prefeituras, ora em virtude de deliberação coletiva dos Governos Municipais, firmada com o caráter de compromisso recíproco e para com o Governo Estadual, em virtude de convênios inter-administrativos análogos e complementares à Convenção Nacional de Estatística.

Se esta é a auspiciosa perspectiva que nos oferece o aspecto exterior da nossa grandiosa construção, na ala que, até o advento do Conselho Brasileiro de Geografia, era a única do Instituto, não é menos confortadora a impressão que nos deixa o labor fecundo do seu dinamismo funcional.

Todos os problemas fundamentais da estatística brasileira foram devidamente postos, e à solução deles atribuíram-se diretrizes adequadas e os recursos possíveis no momento, na conformidade do seu escalonamento em ordem de importância e urgência.

A primeira coordenação geral de resultados da estatística brasileira sob a responsabilidade do Instituto, foi preparada imediatamente, dando continuidade ao esforço que se iniciara havia um quarto de século com a primeira publicação do Anuário Estatístico do Brasil. O 2.º número do Anuário foi elaborado e impresso em menos de quatro meses, fazendo-se a sua primeira distribuição aos membros do Conselho de Estatística no próprio dia em que este inaugurava seus trabalhos. Mais. Organizam-se separatas enriquecidas do Anuário para cada Unidade da Federação, e a quasi totalidade desses volumes apareceu publicada sob os cuidados dos Sistemas Regionais, ainda no correr dos trabalhos da 1.ª reunião do Conselho. O que isto representou como demonstração de eficiência dos elementos componentes do Instituto e da perfeita solidariedade entre eles firmada, não precisa ser encarecido. Mas cumpre destacar também a importância do evento, como expressiva afirmação da unidade nacional, traduzida na identidade, pela primeira vez conseguida, das imagens numéricas que a estatística brasileira oferecia pelos seus órgãos nacionais e regionais, simultaneamente.

Mas houvera sido precário ainda, nesse primeiro esforço, — porque sujeito a discriminações que se não haviam podido ultimar — o levantamento unificado das características fundamentais da organização da vida brasileira, a dizer, daquelas que entendem com a divisão administrativa e judiciária e com a distribuição da superfície territorial e da população pelas unidades desse quadro. Faz-se então um esforço intenso no sentido de consolidar a unificação iniciada, levando-a aos seus extremos limites. E o melhor êxito possível coroou esses esforços, tenho aqui a satisfação de vê-lo anunciar. Estão completos os quadros que definem a organização municipal brasileira, pela data da criação, superfície, população, subordinação judiciária, divisão distrital de cada circunscrição e principais indicações geográficas das respectivas sedes (categoria, altitude, posição geográfica, distância da Capital).

Complementando esse esforço, foram lançados, novamente impulsionados ou melhorados, quasi todos os inquéritos compreendidos no esquema orgânico que a Resolução n.º 7 da Assembléia Geral do Conselho atribuiu à estatística brasileira. De tal sorte que já se acha quasi concluída a grande síntese que será o Anuário de 1937, cuja matéria é bem mais atual, mais extensa e mais desdobrada que a da edição anterior.

Nesse intensíssimo labor, entretanto, duas tentativas culminaram, a par da revisão das estimativas demográficas que já se efetuara com pleno êxito tomando por base o recenseamento paulista de 1934.

A primeira foi a integração da estatística do comércio exterior das Unidades da União. Já possuíamos levantado todo o comércio de cabotagem e de longo curso. Mas faltavam-nos

os dados do comércio por estradas de ferro, pequena cabotagem fluvial e marítima, estradas de rodagem e navegação aérea. Com fundamento da Cláusula XXI da Convenção, que obrigou as Unidades federadas a levantarem a parte da sua exportação cuja responsabilidade o plano federal lhes atribuisse com o caráter de exclusividade, providências foram tomadas para a apuração regular das correntes de exportação ainda não conhecidas, de maneira que suficientemente discriminadas, por meses, por mercadorias, por procedências e por destinos, viessem completar o quadro geral das exportações por destino, permitindo assim que, pela inversão dos dados, se obtenha, com suficiente aproximação, o quadro geral das importações. Sobre o andamento desses trabalhos temos as melhores notícias, que só nos faltam — o que lamentamos, mas não devemos considerar uma lacuna irreparável — com referência ao Distrito Federal. E penso poder afirmar que, ajustando-se cada vez mais apertadamente a colaboração, nesse particular, da organização federal com a regional, as lacunas e imperfeições ainda ocorrentes serão sanadas de forma que a estatística brasileira registre, até o fim do ano, mais esta brilhante efeméride — a do conhecimento, pela primeira vez, dos valores exatos — e em seu duplo sentido — das correntes comerciais entre as unidades da Federação.

A segunda das duas tentativas marcantes, a que me estou referindo, cresce de significação porque, além do seu alcance intrínseco, foi o ponto de partida para o movimento de ampliação estrutural do Instituto, fazendo-o chegar à importância arquitetônica que se consagra neste momento, ao incorporar-se-lhe definitivamente, em íntima vizinhança da organização estatística, o sistema dos serviços geográficos, cujo supremo órgão diretor ora assume as responsabilidades relevantíssimas que lhe foram em boa hora destinadas. Esse empreendimento foi o da revisão e nova coordenação geral da cartografia brasileira. A esse fim uma das primeiras iniciativas do Instituto fora, como não podia deixar de ser, no sentido de obter a coleção completa dos mapas municipais, organizados com a minúcia e a perfeição possíveis. Apoiado num expressivo apelo do Presidente Getúlio Vargas, solicitou dos Governos Regionais que interpussem seus bons ofícios junto aos Governos Municipais afim de que mandassem organizar com urgência mapas dos respectivos territórios. E, com palavras de forte concitamento, detalhando a solução que se poderia dar ao caso na conformidade dos recursos existentes, solicitou de cada prefeitura a colaboração necessária. Tal trabalho ficou obviamente a cargo da Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, onde se centralizavam os serviços cartográficos indispensáveis à estatística brasileira. Seus resultados avultaram rapidamente, e apreciados no conjunto dos serviços da Secção onde a geografia econômica é preocupação primacial, davam claramente a idéia de que aquele órgão estava naturalmente indicado para centro nuclear do sistema geral, tão urgentemente necessário em nossa organização administrativa, de coordenação das atividades geográficas brasileiras.

Foi isto que viu e manifestou o Prof. Deffontaines, quando, continuando a iniciativa do Prof. De Martonne, visitou a Diretoria de Estatística da Produção no intuito de verificar onde estaria o melhor ponto de apoio para a coordenação dos nossos serviços geográficos como medida preliminar da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional.

A missão do Prof. Deffontaines levou-o naturalmente ao Ministério do Exterior, onde entabolou entendimentos visando a desejada filiação. Notáveis geógrafos foram convocados para estudar o assunto, e sugerir as medidas que o alvitre comportasse. Esses técnicos, em sucessivas reuniões realizadas no Itamaratí, esboçaram o projeto de criação do sistema dos serviços geográficos brasileiros sob a égide do Conselho Brasileiro de Geografia.

Ora, tal sistema inseria-se virtualmente na estrutura deste Instituto, não somente pela natural afinidade e gravitação dos seus objetivos, em relação aos fins do sistema estatístico já existente, mas por expressos dispositivos da nossa legislação orgânica (art. 26.º, alínea V, do Dec. n.º 24.609, Resolução n.º 18 da Assembléia Geral). Além disso, aceitar esse fato e caminhar segundo essa diretriz, era aplainar todas as dificuldades. A instituição do sistema ficaria apenas na dependência do ato do Poder Executivo que declarasse filiado ao Instituto o novo organismo, com o que teria este de logo todo o conjunto legal de disposições institucionais, e ainda mais, todos os elementos materiais de organização prática.

Tudo isto levado na devida conta, foi então baixado o Dec. n.º 1.527, de 24 de Março de 1937, efetivando a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, o qual, sobre ficar desde logo incorporado ao Instituto, teve a sua regulamentação dependente apenas, como era obviamente necessário, de um pronunciamento da direção superior do sistema, em termos de fixar-lhe de-

talhes de fisionomia e disposições normativas de funcionamento em justa consonância com o organismo mais velho da instituição, de maneira que, firmadas as linhas essenciais de simetria entre as duas partes do grande todo e a articulação das respectivas atividades lado a lado, se assegurassem ao mesmo tempo a autonomia, a eficiência e a capacidade de desenvolvimento do setor dedicado aos estudos geográficos.

Nos termos do Dec. n.º 1.527, e com esse preciso objetivo, o regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia foi aprovado em 16 de Junho pela Resolução n.º 15 da Junta Executiva Central do Instituto, *ad referendum* da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. E este Conselho, que vai dar esse *referendum* logo ao início dos seus trabalhos, terá consagrado definitivamente, levando-o ao máximo de amplitude prática, o generoso pensamento inspirador do primeiro projeto de criação do Instituto, que, por certo, não tardará a tomar a designação que exprima sua dupla finalidade atual. Nem só. Aquele ato entregará à Geografia, na acolhedora Casa que a Nação carinhosamente doou à Estatística, a ampla ala que esta, desde o início, fraternalmente lhe reservara. E a Geografia vai partilhar das responsabilidades e do patrimônio da instituição, de forma que a cada uma das entidades irmãs que vão conviver aqui, fiquem direitos e deveres que encontrem rigorosa correspondência entre os deveres e direitos à outra atribuídos. Livres, mas de mãos dadas, companheiras e confidentes, farão juntas uma linda caminhada a serviço da cultura brasileira.

* * *

Sinto-me empolgado, Senhores, pelo quadro que acabo de traçar e pelas perspectivas que este momento nos apresenta. Mas quem sabe se não será enganadora miragem o que temos deante de nós? Estaremos seguramente no bom caminho? ou andaremos transviados numa vereda onde a estação primaveril haja falazmente espalhado efêmeros encantamentos, mas que nos esteja conduzindo à esterilidade de um deserto?

Creio, senhores, que esta última suposição não será nunca a de quem procure conhecer a fundo nossa organização e o que ela já realizou. Porque é fácil, muito fácil mesmo, demonstrar a inconsistência de todos os motivos de pessimismo que poderiam assaltar os espíritos sob uma superficial impressão.

Pois que vale a pena aqui um pequeno ato de paciência, vejamo-lo rapidamente.

Receia-se acaso que a aproximação, no seio do Instituto, de duas atividades administrativas bastante diferenciadas no sentido científico dos seus fins, possa desviar a exata destinação de cada uma delas, retirando-lhe ao mesmo tempo, e prejudicialmente, a liberdade dos movimentos? Responder-se-á: exatamente porque existe essa distinção, e no intuito de elevá-las e valorizá-las, a ponto de constituírem a finalidade de outro amplíssimo setor, em nada inferior ao dos serviços de estatística — é que deste se retiraram as atividades geográficas que ele vinha exercendo supletivamente. E dir-se-á mais: nesta organização, sim, é que se terá atribuído aos Serviços Geográficos a responsabilidade da direção dos seus destinos, pois a eles próprios cabe constituir o órgão superior de coordenação das atividades do sistema, sem subordinação de qualquer espécie.

Teme-se, ao invés, que essa autonomia, em termos tão amplos, em relação a duas ordens de serviços que, sem embargo de serem distintas, teem íntimas e profundas analogias, a ponto de serem mesmo o recíproco complemento, possa prejudicar a eficiência e o rendimento dos esforços que se vão tornar paralelos? Esse temor se desfará desde que se atente no poder construtivo da cooperação que surge da própria convivência das duas organizações no seio do Instituto, e se tomem ainda em apreço as disposições especiais que permitem, acompanhando cada sistema intimamente a vida do outro, a permuta entre eles de sugestões e auxílios conforme suas afinidades forem solicitando.

Alega-se, como motivo de pessimismo, a aparente dispersão e numerosidade dos elementos chamados a colaborar em cada uma das alas do Instituto? E' fácil de esclarecer: o que há não é dispersividade, mas o escalonamento apropriado dos centros de ação, de acordo com os objetivos de cada qual, em termos de garantir ao Instituto o caráter verdadeiramente nacional que deve ter. A numerosidade que parece excessiva quando se alinham os algarismos que a exprimem nos diferentes planos e setores, resolve-se numa estruturação verdadeiramente orgâ-

nica, em que cada centro tem uma função e está nas condições melhores para bem desempenhá-la em benefício da economia coletiva do sistema.

Acaso as suposições pessimistas vão mais alem, para focalizarem a pobreza dos recursos já atribuídos ao Instituto? Nada, entretanto, lhes dá fundamento. Os recursos que a Nação já destina aos serviços geográficos e estatísticos são de feito bastante vultosos, mas estão dissimulados, numa boa parte, em destinos de ordem geral, que não lhes revelam a real aplicação. E o que torna esses recursos, alem de dispersos, quasi inoperantes, é a má distribuição e a falta de convergência dos objetivos, o que só poderia ser corrigido na entrosagem de um sistema totalitário onde os fins a atingir e os meios disponíveis fossem examinados em conjunto, para se collocarem em adequada correspondência. Valorizadas ao máximo, pela solidariedade e por uma bem estabelecida cooperação, e ainda que mínimas sejam elas, terão util aproveitamento todas as contribuições individuais ou coletivas que a vida do sistema for carreando em benefício dos seus altos objetivos nacionais. Ainda mais. Na hipótese de se demonstrarem realmente necessários alguns poderosos centros de ação técnica, muito mais facil será fazê-los surgir ao influxo da prestigiosa organização que vamos começando a movimentar, do que no regime de isolamento e dispersão de que estamos acabando de sair.

Se, por sua vez, for objeto de crítica o fato de se haver traçado previamente o quadro da cooperação que se tinha em vista, seja tambem lembrado que sem o nexo desse trabalho preliminar, não poderíamos iniciar nenhum esforço deveras proficuo. E acrescenta-se: dada a flexibilidade do sistema, nenhuma dificuldade haverá em adaptá-lo aos moldes que a prática dos seus trabalhos for sugerindo. Mas se a censura tiver sentido oposto, isto é, se motivá-la o temor de que esta mesma flexibilidade tenda a destruir as linhas de simetria que configuram presentemente o sistema, não custará ao censor esta verificação: a própria força assimiladora dos princípios que regem o Instituto, e os poucos mas eficazes elementos formais que, na sua regulamentação, se destinam a evitar-lhe o falseamento das linhas mestras, são seguramente suficientes para desfazer aquele receio.

Maus prognósticos, acaso, ainda formulam alguns, por extremado apego a um ou outro dos conceitos, de centralização e de descentralização dos serviços públicos? Pois sejam eles afastados pela singela e convincente observação de que a estrutura do Instituto admite ambos esses princípios até onde eles podem ser benéficos, e deles se afasta quando sua influência foge às circunstâncias condicionantes da vida brasileira. Visando o Instituto dois objetivos de administração que interessam por igual e necessariamente tanto à União quanto aos Estados e aos Municípios — duas finalidades, portanto, que hão de ser buscadas simultaneamente pelas três ordens governativas, claro é que só esse motivo — quando outros, e não menos ponderosos, como o respectivo custo, diversidade dos planos de atuação em que se movimenam, etc., não indicassem a mesma cousa; — só esse motivo, dizia, era bastante para que nem a União, nem o Estado, nem o Município pudesse abster-se de elaborar geografia e estatística ou pretendesse unificar em suas próprias mãos os respectivos serviços. Tanto vale demonstrar a inviabilidade de qualquer solução integral do problema que esses serviços enfrentam, sem a habil conciliação dos princípios de unidade e pluralidade, ou seja — a centralização dos resultados e a descentralização executiva, trazendo a unidade final à multiplicidade necessária das contribuições. E esta é exatamente a fórmula que garante êxito feliz e vitalidade à concepção em que repousa o Instituto.

* * *

Senhores! Diante de tudo isso que acabo de recordar, não pode ser, com efeito, senão de justa ufania e de sincero entusiasmo o estado de ânimo da Presidência do Instituto ao ver triunfante o longo labor de organização que se coroa brilhantemente nesta expressiva solenidade.

E', portanto, de coração erguido que vos dou as boas vindas, senhores Delegados aos Conselhos de Geografia e de Estatística, e vos entrego, cheio de confiança os destinos desta magnífica instituição por que o Brasil, talvez inconscientemente, ansiava há tanto tempo.

O problema da terra e do homem — ou seja, afinal, a síntese de todos os nossos problemas — era um problema de duas incógnitas: o conhecimento geográfico e o conhecimento socio-gráfico, — o primeiro, referindo todas as relações ao âmbito territorial, e o segundo, prendendo todas as medidas ao grupo social. As duas equações estão postas e não lhes tardará a resolução.

Um pouco de paciência e confiança, e o Brasil terá em termos integrais a geografia e a estatística que lhe são condições precípuas para que, conhecendo-se, atinja seus destinos pelas rotas mais francas, mais saudáveis, mais providas de recursos, menos assaltadas de surpresas.

Essa, a empresa magnífica que estais tomando em vossas mãos. *Sinto*, pelo ânimo que vos advinho, pelos propósitos das autoridades políticas que representais, pelos vossos predicados pessoais de homens de ação, e sobretudo “homens de boa vontade”, que a tarefa que enfrentais não vos superará jamais. Mas, *pressinto* também que uma experiência inédita como esta que ides tentar, não se deixará realizar sem que vos salteiem dificuldades muitas, pondo rudemente à prova o vosso patriotismo, a vossa magnanimidade, o vosso espírito de concórdia, a vossa vontade de cooperar, o vosso propósito de vencer.

Mas que importam os acidentes e os imprevistos? Valorizarão o vosso esforço e engrandecerão a vossa obra.

Certo, por mais adequada e flexível que seja a estruturação do Instituto, ela é obra humana, e portanto terá falhas que será preciso corrigir com decisão e prudência. Nos momentos em que se forem percebendo essas falhas, haverá, naturalmente, choques de pontos de vista. Não poderíamos pretender o impossível de um ajustamento antecipado de todos os propósitos e de todas as mentalidades que se vão defrontar no seio do Instituto. Por isso mesmo que essa sintonização precisa ser laboriosamente conseguida, é que fomos convocados para um trabalho comum. E nesse ponto o Instituto é perfeito: ele tem, com o potencial máximo de cooperação, em todo o panorama dos seus objetivos, a virtualidade absoluta para estabelecer harmoniosamente as resultantes construtivas da associação de esforços que vai movimentar.

No seio dele, para todas as dificuldades — uma solução; para todos os dissídios — uma conciliação; para todos os propósitos — uma possibilidade; para todas as aspirações — uma fórmula.

E porque é assim, permití ao vosso Presidente vos dirija liminarmente um apelo que vos fique, mais do que na memória, mais do que na inteligência, mais do que na vontade — no coração.

Sede magnânimos... Inclinaí-vos a fórmulas de conciliação, — ainda mesmo se elas não vos parecerem inteiramente satisfatórias, — enquanto outras melhores não forem viáveis.

Sede pacientes... Tardem embora os resultados que um dia desejardeis, não desesperéis da cooperação de que participais. Trabalhai antes, com ardor maior, apressando a contribuição que estiver ao vosso alcance, afastando, se puderdes, as dificuldades, as dificuldades encontradas, e esforçando-vos por patentear o rumo melhor que o fim desejado estiver exigindo.

Sede paladinos... E' um alto e belo ideal, este que está em vossas mãos. Batalhai por ele, não na forma automatizada do soldado moderno, mas na atitude medieval dos cavaleiros andantes. O nosso trabalho, em suas fases delicadas, exige recolhimento e discreção, até que seus resultados, em publicidade larga, possam ser levados ao conhecimento da Nação. Reservaremos, por certo, para as nossas assembléias — num dever de lealdade de que não nos havemos de esquecer nunca, — os contrastes de opinião antes de tomadas as decisões legítimas. E longe estará sempre de nós o propósito de introduzir elementos estranhos nesses debates, por mais importantes e acesos que eles se tornem, transformando-os em públicas polémicas, geradoras de ressentimentos e que, sobre nada adiantarem, dificultariam o nosso objetivo essencial, que é o da concórdia, o do mútuo entendimento e o da cooperação.

Mais alguma cousa, entretanto, espera o Instituto de cada um de vós. Porque ele conta — onde quer que seus propósitos sejam mal julgados, seus trabalhos discutidos, sua atuação contrariada — aí de pronto se levante aquela voz, dentre os nossos, que mais rápido possa intervir para esclarecer, justificar, convencer.

Magnânimos e pacientes, nobres e generosos paladinos, sede, pois, agora e sempre, vós os condutores das falanges que estão aquí entrando em forma, a serviço da geografia e da estatística brasileira. O vosso exemplo contagiará por toda a parte os nossos companheiros disseminados pelo Brasil inteiro. E então esse belo ideal que os governos da República acabam de confiar à vigilância do nosso patriotismo, terá um magnífico exercício de servidores, — disciplinados, entusiasmados, valorosos, — a quem nem vezes, nem dificuldades, nem incompreensões farão “desmerecer, esmorecendo”.

Senhores! Pela Pátria e para a humanidade, vamos tornar melhor o nosso Brasil, trabalhando com amor, pertinácia e denodo pela valoração exata de sua Terra e sua Gente.